

MULHERES EVANGÉLICAS E CONSERVADORISMO: aproximações analíticas sob as lentes de gênero e raça

Elisabete Pereira da Silva Nascimento¹

Márcia dos Santos Macedo²

Sandra Maria Cerqueira da Silva³

Resumo

O texto é produto de uma pesquisa bibliográfica sobre as interconexões entre raça, racismo, gênero, feminismos e cristianismos no Brasil, a partir das experiências de uma mulher preta trabalhadora e periférica, mãe de meninas pretas, esposa, evangélica e mestranda de um programa de pós-graduação feminista, no qual desenvolve o projeto intitulado “Os discursos evangélicos conservadores e sua influência na percepção das mulheres negras evangélicas sobre raça e gênero”. O objetivo desse artigo é evidenciar a importância desta temática no Brasil frente a expansão desenfreada do fundamentalismo religioso

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM-UFBA). Servidora Pública Federal na UFBA, lotada na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - PROAE. Educadora Popular. Curadora do Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil (MOSMEB). Secretária da Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0263-941X>. E-mail: elisabete.pereira@ufba.br.

² Bacharel em Sociologia (1997), mestrado (1999) e doutorado (2008) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada III do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, docente do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM-UFBA - vinculada ao Grupo de Pesquisa Gênero, Alteridades e Desigualdades. Atualmente é Chefe do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo. Leciona disciplinas de Introdução aos Estudos de Gênero, Teorias Feministas, Gênero e Geração e Feminismos Negros Decoloniais. Na área da pesquisa vem discutindo, principalmente, as temáticas: Teorias feministas e relações de gênero; Novos arranjos familiares, mulheres chefes de família e maternidade solo; crítica à feminização da pobreza; Gênero e gerações; Desigualdades e interseccionalidades. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7892-9918>. E-mail: msmacedoufba@gmail.com.

³ Filha, irmã, amiga, mãe de Faizah. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Atualmente é Assessora Especial de Políticas Afirmativas e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana. É também Professora Assistente do curso de Administração da Faculdade Anísio Teixeira. Co-fundadora e pesquisadora do Núcleo FEA de Pesquisa e Extensão em gênero, raça e sexualidades - GENERAS. É pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, na Linha de pesquisa: Gênero, Ciência e Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4738-3040>. E-mail: sandraam@uefs.br.

(reforçada pelo neofascismo desencadeado, principalmente, pela atuação deletéria de expoentes ligados ao Governo Federal, cuja gestão foi finalizada em 2022), tecendo as primeiras considerações a respeito da percepção das mulheres evangélicas sobre raça e gênero. Demonstraremos que as mulheres evangélicas, sobretudo as negras, constituem parte considerável do público atingido por esse contexto e, para compreender esse universo em sua complexidade, recorreremos a um aporte teórico-metodológico de pesquisa baseado no pensamento decolonial e no feminismo negro, valendo-se da interseccionalidade. Assim, é sob essas lentes que nos propomos a uma primeira aproximação dos cenários e sujeitas⁴ da pesquisa para lançar algumas luzes sobre a forma como ideologias conservadoras têm exercido influência sobre as mulheres evangélicas, especialmente sobre as mulheres negras evangélicas pertencentes a uma denominação histórica na cidade de Salvador.

Palavras-chave: Mulheres Negras Evangélicas; Discursos Conservadores; Feminismo Negro; Decolonialidade.

EVANGELICAL WOMEN AND CONSERVATISM: analytical approaches from the lenses of gender and race

Abstract

The text is the product of a bibliographical research on the interconnections between race, racism, gender, feminisms and Christianisms in Brazil, in dialogue with the experiences of a black woman worker and peripheral, mother of black girls, wife, evangelical and master's student of a feminist graduate program in which develops the project entitled "The conservative evangelical discourses and their influence on the perception of evangelical black women about race and gender". The purpose of this article is to highlight the importance of this theme in Brazil in the face of the unbridled expansion of religious fundamentalism (reinforced by neo-fascism unleashed, mainly, by the deleterious actions of exponents linked to the Federal Government, whose management ended in 2022), making the first considerations to regarding the perception of evangelical women about race and gender. We will demonstrate that evangelical women, especially black women, constitute a considerable part of the public affected by this context and, to understand this universe in

⁴ Com o objetivo de confrontar o sexismo linguístico - uso universalista, androcêntrico, patriarcal e sexista da linguagem -, propiciando visibilidade e agência para as mulheres, optamos por utilizar a versão feminina de algumas palavras usualmente utilizadas no masculino como padrão para representar tanto o feminino, quanto o masculino (SUÁREZ, 2003).

its complexity, we resort to a theoretical-methodological research contribution based on decolonial thinking and black feminism, using intersectionality. Thus, it is under these lenses that we propose a first approximation of the scenarios and subjects of the research, to shed some light on the way in which conservative ideologies have exerted influence on women evangelical, especially on evangelical black women belonging to a historical denomination in the city from Salvador.

Keywords: Black Evangelical Women; Conservative Discourses; Black Feminism; Decoloniality.

MUJER EVANGÉLICA Y CONSERVADORISMO: enfoques analíticos bajo la lente de género y raza

Resumen

El texto es producto de una investigación bibliográfica sobre las interconexiones entre raza, racismo, género, feminismos y cristianismo en Brasil, a partir de las experiencias de una mujer negra trabajadora y periférica, madre de niñas negras, esposa, evangélica y estudiante de maestría de un programa de posgrado feminista, en el que desarrolla el proyecto titulado “Los discursos evangélicos conservadores y su influencia en la percepción de las mujeres evangélicas negras sobre la raza y el género”. El objetivo de este artículo es resaltar la importancia de este tema en Brasil frente a la expansión desenfrenada del fundamentalismo religioso (reforzado por el neofascismo desatado, principalmente, por las acciones deletéreas de exponentes vinculados al Gobierno Federal, cuya gestión terminó en 2022), realizando las primeras consideraciones respecto a la percepción de las mujeres evangélicas sobre la raza y el género. Demostraremos que las mujeres evangélicas, especialmente las negras, constituyen una parte considerable del público afectado por este contexto y, para comprender este universo en su complejidad, recurrimos a un aporte de investigación teórico-metodológico basado en el pensamiento decolonial y el feminismo negro, utilizando, de la

interseccionalidad. Así, es bajo estos lentes que proponemos una primera aproximación a los escenarios y sujetos de la investigación, para arrojar algo de luz sobre la forma en que las ideologías conservadoras han influido en las mujeres evangélicas, especialmente en las mujeres evangélicas negras pertenecientes a una denominación histórica en la ciudad de Salvador.

Palabras Clave: Mujeres Negras Evangélicas; discursos conservadores; Feminismo Negro; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

Grande parte das igrejas evangélicas brasileiras do tempo presente (sejam elas históricas, pentecostais ou neopentecostais⁵) apresentam e até atuam na sociedade de maneira mais “moderna” - repaginadas através de novos ritmos musicais, outros estilos de roupas, acessórios ou mesmo novos penteados, mudança na estrutura dos templos e com ministrações construídas a partir de um vocabulário contemporâneo. No entanto, é perceptível pela observação de suas práticas cotidianas que essas organizações mantêm camufladas, em suas estruturas, dogmas, regras e costumes de caráter eminentemente patriarcais, dominadores e punitivos. Destacamos dois fatores importantes como o nexo explicativo para esse traço conservador: o primeiro decorre do fato de que na década de 1980, o interesse de muitas lideranças das igrejas evangélicas em se aproximar das estruturas do poder político ganhou mais força (VIEIRA, 1977) e o segundo é consequência da intersecção de raça,

⁵ Destacam-se como principais diferenças entre o pentecostalismo e o protestantismo histórico: os dons de línguas (glossolalia), discernimento de espíritos, expulsão de demônios, cura de enfermos, concessão divina de bênçãos e a realização de milagres. Para melhor evidenciar citamos como igrejas protestantes históricas: a Luterana, Anglicana, Presbiteriana, Metodista, Congregacional, Batista e Adventista; como pentecostais: a Assembléia de Deus, Brasil Para Cristo Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil, Casa da Bênção, Deus é Amor, dentre outras; e como neopentecostais: Universal do Reino de Deus, Mundial, Renascer em Cristo, Internacional da Graça de Deus, Sara Nossa Terra, dentre outras.

gênero e classe, visto que, majoritariamente, essas lideranças são personificadas em homens brancos e ricos que muitas vezes seguem “legislando em causa própria” e ignorando as necessidades econômicas e sociais da membresia de suas organizações religiosas e da maioria significativa do povo brasileiro, bem como deixam de reconhecer a importância do desenvolvimento sociocultural e político brasileiro, sobretudo no que se refere a questões que envolvem raça, gênero e sexualidade. Para nós, esta contradição é uma questão-chave para compreender, nesse contexto, a complexidade posta, de um lado, pela atuação conservadora das principais lideranças religiosas e, do outro, pela difícil realidade vivenciada pelo grande contingente de mulheres evangélicas pretas e empobrecidas - o que justifica a opção estratégica pelo uso de lentes interseccionais para refletir a complexidade da imbricação de raça, gênero e cristianismos, como nos mostram pensadoras como Crenshaw (1989), Collins e Bilge (2021) e Akotirene (2019).

Não é exagero afirmar que, historicamente, as religiões de tradição judaico-cristã atuam no intuito de reforçar as estruturas que dão base ao sistema patriarcal e que, para atingir esse propósito, reafirmam em seus discursos, dogmas, práticas e costumes a centralidade da perspectiva de um homem e uma mulher universais - o que torna evidente que tais escolhas implicam na inviabilização de espaços para a abordagem das temáticas de raça e gênero dentro de suas organizações religiosas. Tal prática revela-se extremamente prejudicial tanto para as congregações quanto para a sociedade brasileira como um todo, especialmente em um momento em que se torna de conhecimento público que a face das igrejas evangélicas é predominantemente negra, feminina e periférica (DATAFOLHA, 2020).

A proposta deste artigo é apresentar as primeiras considerações a respeito da influência dos discursos evangélicos conservadores na percepção⁶

⁶Neste trabalho adotamos o conceito de percepção enquanto produto da “atividade de sujeito sociais em um mundo socialmente contextualizado” (VERÍSSIMO, 2019, p. 302), reforçando a dimensão social e ativa da percepção por tratar-se de uma experiência intersubjetiva na qual os sentidos são sempre compartilhados.

das mulheres evangélicas sobre raça e gênero e evidenciar a importância desta temática no Brasil, frente a expansão desenfreada do fundamentalismo religioso. Para isso, fez-se necessário a realização de pesquisa bibliográfica tecendo um breve resgate histórico da chegada dos primeiros missionários batistas no Brasil e da própria história do protestantismo na Europa - que foi o berço das igrejas evangélicas, por volta de 1517 a 1648.

Embora a Reforma Protestante tenha como precursor a figura de um homem branco, o alemão Martinho Lutero (1483-1546), conhecido como o “Pai da Reforma Protestante” por sua oposição à liderança papal e posterior ruptura com a Igreja Católica Apostólica Romana (SHELLEY, 2018), grande parte da história da resistência protestante foi marcada pelo protagonismo das mulheres. Merece destaque no século XIX a atuação de diversas sujeitas, entre as quais podemos citar: (i) Eugénie Nibayet, filha e esposa de pastor, que fundou em 1833 o Jornal Feminista; (ii) as irmãs Sarah e Angelina Grimké, em 1873-38, que publicaram “Letter on the Equality of the sexes and the condition of Women” - Carta sobre a igualdade dos sexos e a condição da mulher; (iii) Antoinette Brow, primeira mulher a ser ordenada para o exercício congregacional; (iv) Elizabeth Cady Staddon, teóloga, que lança, em 1895 e 1898, “The Woman’s Bible” - “A Bíblia da Mulher”. Vistas em conjunto, a tônica principal das críticas apresentadas por estas mulheres se dirigia ao fato de que as interpretações dos textos bíblicos só poderiam ser validadas exclusivamente sob a ótica masculina, tornando completamente invisibilizada a contribuição feminina (DA SILVA, 2015).

A despeito da importância da atuação desse “feminismo cristão”, faz-se necessário destacar que esse movimento seguiu os mesmos passos do feminismo hegemônico da época - visto que era branco, classista e não se preocupava com a realidade das mulheres negras (NYE, 1995; DAVIS, 2016; hooks, 2020) que, já naquele momento, eram (e ainda são) atingidas triplamente pelas matrizes de opressão da raça, do gênero e da classe (COLLINS, 2019; GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2011). Todavia, Sojourner Truth, mulher negra, ex-escrava, pregadora pentecostal, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, vai

mostrar a inseparabilidade gênero, raça e classe ao proferir seu discurso, em 1851, na Convenção de Direitos da Mulher, em Akron, Ohio (EUA). Nesse discurso, intitulado como “I am not a woman?”, Sojourner perguntou para as pessoas presentes na conferência, denunciando que o modelo universal de mulher não servia para as mulheres negras: “E eu não sou uma mulher?” (hooks, 2020, p. 253).

Dando continuidade à história do protestantismo, importa resgatar que os primeiros missionários protestantes que chegaram ao Brasil, em 1882, também trouxeram consigo, como subproduto do cristianismo, todo o racismo e o patriarcalismo que vigoravam como discurso dominante à época, e estes continuam sendo apensados às interpretações bíblicas e reproduzidos através de leituras conservadoras e fundamentalistas que desconsideram as mudanças temporais, sociais, culturais e políticas que são comuns e desejáveis em qualquer sociedade. Dessa maneira, podemos dizer que, majoritariamente, tanto as leituras e interpretações da Bíblia, quanto os discursos religiosos e políticos até a abolição, em 1888, buscavam validar o sistema escravista que imperava oficialmente no Brasil como a tônica que legalizava a desumanização e coisificação dos corpos negros (BARROS, 2014). De igual modo, as leituras, interpretações da Bíblia, e os discursos religiosos e políticos ratificaram o sistema patriarcal, que obrigava as mulheres a permanecerem subjugadas aos homens - inicialmente ao pai e posteriormente ao marido; ou, na ausência do pai ou marido, a subjugação era destinada aos irmãos, mesmo se estes fossem mais novos. Ou seja, “a Reforma não significa a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida cotidiana, mas, antes, a substituição da antiga forma de dominação por uma nova” (WEBER, 2013, p. 34).

É ancorado nesse persistente “caldo de cultura” - universalista, racista, patriarcal e de dominação - que grande parte dos discursos religiosos ainda são propagados nas igrejas evangélicas, pois insistem em conservar e impor à sua membresia (sobretudo às mulheres negras) as normas, padrões sociais, culturais e políticos de um período da história da humanidade já ultrapassado.

Destarte, é oportuno registrar que o teólogo estadunidense James Cone (2020), ao sistematizar a Teologia Negra na década de 1970, já pontuava que os teólogos negros deveriam adotar uma linha teológica crítica ao machismo, da mesma forma que eram críticos ao racismo, pois segundo (CONE, 2020, p. 41): “O machismo não é um problema apenas para as mulheres brancas. Pelo contrário, trata-se de um problema de condição humana. Ele destrói a família e a sociedade”.

A Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988 garantiu igualdade de direitos e deveres às mulheres e à população negra - que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), são as pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Segundo o artigo 5º da CF, todas as pessoas são iguais, independentemente de raça, cor, etnia, gênero, etc. - já que não pode existir distinção de qualquer natureza entre a população brasileira. Entretanto, é recorrente dentre as populações chamadas de “minorias”, experimentar um hiato entre o ordenamento jurídico e o senso comum. Segundo Santos (2018), o que ratificamos empiricamente, a partir de nossas vivências, é que, em certa medida, o posicionamento da grande maioria das igrejas evangélicas está ainda fundamentado em raízes profundamente patriarcais e interligadas à sua atuação desde os primeiros séculos (SANTOS, 2018). Tal fato contribui para a reprodução e manutenção de inúmeros preconceitos, discriminações e violências contra meninas e mulheres, especialmente as meninas e mulheres negras.

RAÇA E RACISMO - “PORQUE DEUS NÃO FAZ ACEPÇÃO DE PESSOAS”

A Bíblia é um livro histórico, que vem influenciando a cultura do ocidente há milênios. Tal fato nos coloca diante do enorme desafio de realizar uma leitura crítica da Bíblia transformada e transformadora que reconheça as múltiplas e diferentes especificidades de cada contexto social que influencia cada leitor e consequentemente cada interpretador das narrativas bíblicas (JOBLING et al, 2000). Segundo a narrativa bíblica, no capítulo 2 e versículo 11

do livro de Atos dos Apóstolos, se afirma que “Deus não faz acepção de pessoas” e, a partir das nossas vivências, depreendemos que este argumento tem servido como pretexto para a invisibilização do debate racial no seio das organizações evangélicas. Pesquisas como a realizada por Morgane Reina (2017) chamam a atenção para o desafio de discutir pentecostalismo e a questão racial no Brasil, pois, recorrentemente, a ala conservadora e fundamentalista das igrejas evangélicas tem atuado para neutralizar a possibilidade da realização de quaisquer análises a respeito da pluralidade de sentidos que a palavra raça possui e os diferentes efeitos decorrentes dela na vida da membresia das igrejas e, conseqüentemente, no tecido social brasileiro.

De acordo com Cashmore (2000), no século XVI, o termo raça era principalmente utilizado para classificar um grupo ou categoria de pessoas conectadas por um mesmo ancestral, uma origem comum. Contudo, a partir do século XIX, o termo passou a exprimir diversos sentidos. Desse modo, atualmente, no século XXI, entendemos que o xis da questão não é o que significa o termo raça, pois há vários significados, mas sim em qual sentido o termo está sendo empregado. Compreendemos que a história da humanidade e conseqüentemente das sociedades, é permeada por construções, rupturas e permanências de “verdades”, crenças, teorias e costumes, que variam de acordo com as intenções, ainda que subliminares, observadas em cada grupo social, o que gera tensões e disputas de narrativas a fim de se popularizar os discursos e alcançar os objetivos desejados - e, por fim, formar percepções desejadas por determinados grupos.

Segundo Foucault (2005), a verdade é produzida e não existe fora das relações de poder ou sem o poder. Portanto, o que foi verdade ontem e sustentou uma diversidade de discursos pode ser questionado hoje. A desumanização de seres humanos foi uma das verdades formuladas pelo colonizador desde o século XV, momento em que os primeiros africanos “vítimas de pilhagem e transformados em objetos de venda pública chegam a Portugal em 1444” (MBEMBE, 2014, p. 32). Essa verdade foi aceita e aprimorada para justificar a escravização de seres humanos por vários séculos, em um período

no qual tanto a pseudociência quanto a religião foram utilizadas para ratificar tal discurso a fim de se alcançar o objetivo proposto: exploração de pessoas e, com isso, a conquista de poder, dominação, lucro e a concentração de riqueza.

Nesse processo, servirá a esse propósito a premissa do cristianismo expressa no livro bíblico da criação do mundo - Gênesis, capítulo 10 - de que toda humanidade advém de uma mesma matriz biológica: Adão e Eva. Evidentemente, no imaginário cristão eurocentrado, Adão e Eva refletem a imagem da humanidade caucasiana do homem branco/mulher branca, tidos como modelos universais. A este respeito, dirá Munanga (2000) que essa formulação serviu perfeitamente para a consolidação do discurso hegemônico da construção do “outro” - não humano - baseado no critério da diferença, da classificação e da hierarquização das raças, marcadas pela mancha indelével da personalização do mal. E, assim, a ideologia racista encontrou na Bíblia - no capítulo 9, versículos 20 ao 29 do livro de Gênesis -, na história de Noé e seus filhos Cam, Sem e Jafé, a “verdade” absoluta e incontestável, para formular a falácia de que as africanas e os africanos, denominados negras e negros pelo colonizador (BARROS, 2014), por serem descendentes de Cam, filho amaldiçoado pelo pai Noé, trazem em sua essência a premissa de serem servos dos seus outros dois irmãos, ou seja, as negras e os negros já nasceram predestinados a servir, já nasceram para serem escravos (SILVA, 1998). Apesar dessa abstração não ser oficialmente adotada pela linha teológica conservadora, ela ainda é propagada em diversos segmentos evangélicos, como é o caso de algumas igrejas históricas.

Também o debate em torno de raça e racismo se mostra plural e complexo, com inúmeras imbricações e implicações que ultrapassam os conceitos acadêmicos. Diferentes autoras e autores se debruçaram incansavelmente sobre esses temas (GONZALEZ, 2020; MUNANGA, 2016; NASCIMENTO, 2021). Nesse debate, é importante destacar a contribuição de Barros (2014), ao indicar que, apesar do racismo se constituir a partir do conceito de “raça humana”, mesmo após a ciência refutar a existência de raças humanas, o racismo pode sobreviver. E sobreviveu, infelizmente. Outra

contribuição relevante é dada por Clóvis Moura (2019), ao afirmar que o racismo é um dos temas polêmicos, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno e que atua por diferentes formas, inclusive por meio da agressividade, violência e sempre está acompanhado de múltiplas emoções. Coadunando com o pensamento de Moura (2019), é pertinente trazer a ótica de Nascimento (2021), ao pontuar que o racismo é um produto ideológico, um instrumento de dominação. Diante do diálogo dessas autoras e autores, é pertinente afirmar como o racismo é um sistema cruel, contundente e de dominação que perpassa pelas subjetividades, pelos pensamentos e formas de agir do ser humano.

Paradoxalmente, a mesma ideologia racista que se valeu da história de Noé e seus filhos para validar a escravidão ignora, invisibiliza e refuta quaisquer informações geográficas, territoriais, culturais ou políticas do continente africano descritas nas narrativas bíblicas. Um bom exemplo dessa prática racista é a possível localização geográfica do “Jardim do Éden”, que também no capítulo 2, versículo 13, do livro de Gênesis, versa sobre o rio *Giom*, que circunda toda terra de Cush, que atualmente é o território pertencente ao Sudão e à Etiópia (JOÃO, 2019). Logo, estas coordenadas geográficas reúnem potenciais que podem conduzir o cristianismo a crer que se o “Jardim do Éden” realmente existiu, este estava localizado no continente africano. Apesar de tais informações corroborarem com as declarações científicas de que a África é o berço da humanidade, elas não estão presentes nas narrativas eclesiásticas, não fazem parte dos discursos predominantes na maioria das igrejas evangélicas, tanto nas históricas, quanto nas pentecostais e neopentecostais.

Nesta mesma toada de ocultação e manipulação das informações geográficas, culturais e políticas do continente africano nas narrativas bíblicas, a negritude e a participação das mulheres na Bíblia, quando não são totalmente mascaradas ou invisibilizadas, são vinculadas a atos e fatos negativos, associados ao erro, à desobediência, ao pecado e ao mal. O pastor e historiador Oliveira (2001, p. 41) já alertava que “alguns teólogos descaracterizam a identidade dos grupos e dos personagens negros do relato bíblico, colocando-os como pertencentes a grupos étnicos da Mesopotâmia e da Ásia, ausentes de

características negras!”. Deste modo podemos identificar que a africanidade das matriarcas, as cananéias Tamar, Raab e Rute (que integram a genealogia de Jesus Cristo, preto de Nazaré, descrita no capítulo 1 do livro de Mateus), bem como a da egípcia Asenet, esposa de José do Egito (matriarca das tribos de Manassés e Efraim, descrita nos capítulos 41, 50-52, do livro de Gênesis), frequentemente são invisibilizadas.

Recorremos aqui à lúcida afirmação do Professor Achille Mbembe (2014, p. 27) quando afirma que “a raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis - luta de classe ou a luta de sexos por exemplo”. Concomitantemente, podemos dizer que o ocidente, reconhecendo-se como único detentor da razão, da vida universal e da verdadeira humanidade, vê no outro, no diferente, a dissemelhança, a objetificação, a ameaça, o perigo do qual precisa proteger-se, desfazer-se, ou destruir, visto que não é possível controlá-lo totalmente (MBEMBE, 2014). Deste modo, e como já evidenciado anteriormente, sabemos que os discursos se modificam de acordo com a época, a territorialidade e os objetivos que se deseja alcançar. Por isso, em determinado momento da história (século XV), o poder religioso ratificou o discurso de que os negros não eram humanos; posteriormente, a partir do século XIX, passou a considerar os negros como humanos, mas com um intelecto, um senso moral e comportamental inferior ao dos brancos - através do chamado racismo científico. Agora, no século XXI, quando já não é mais possível cientificamente refutar a equidade da humanidade, dos negros frente aos brancos, formulou-se a verdade da “meritocracia”, que é o fundamento basilar para a propagação do discurso no qual a população negra não alcança o mesmo status social ou as mesmas condições socioeconômicas e de qualidade de vida que a branquitude “porque não quer”, porque é preguiçosa ou porque “escolheu” viver na marginalidade, na criminalidade, escondida nos becos e vielas das favelas, nos guetos e nas comunidades periféricas, ou trancafiada em celas, cercada por muros, guaritas e torres de controle dos presídios (BENTO, 2022).

Ainda a respeito do protestantismo no Brasil, é oportuno registrar que, após a derrota na Guerra da Secessão, alguns pastores sulistas norte-americanos partiram em “missões” em busca de uma “Nova Canaã” - a terra prometida -, que lhes garantiria continuar usufruindo dos benefícios da escravização de africanas e africanos. Assim sendo, em 1882, chegaram ao Brasil os primeiros casais de missionários batistas, financiados pela junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos EUA, e que tinham por propósito fundar a primeira Igreja Batista do Brasil (DA SILVA, 2017). Neste momento, inicia-se um novo cenário no que tange às religiões de tradição judaico-cristã no Brasil, mas com a mesma mentalidade escravocrata e misógina que prevalecia no Sul dos EUA - visto que a junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos EUA correspondia a uma organização que foi criada para aglutinar as delegações das igrejas provenientes dos estados que ainda admitiam o trabalho escravo (DA SILVA, 2003). Isso evidencia o desencontro entre teoria e prática, tendo em vista que a pregação do cristianismo está fundamentada nos ensinamentos de amor, igualdade e justiça que, supostamente, podem ser inferidos da Bíblia. Quanto a isso podemos citar:

A relação do protestantismo com o tráfico de escravos foi ambígua. Famílias e Estados protestantes estiveram à frente do lucrativo comércio de africanos para colonos nas Américas ao mesmo tempo em que ideais protestantes serviram para criticar e atacar como “anticristã” a brutalidade do tratamento dos cativos (SPYER, 2020, p. 141).

Coadunando com Spyer (2020), da Silva (2003) também apresenta informações importantes no que abrange a relação do protestantismo e o sistema escravista:

No Brasil, os batistas tiveram duas atitudes frente à escravidão: os primeiros colonos batistas eram favoráveis e foram proprietários de escravos. Os missionários e os batistas brasileiros em geral, após a abolição, em 1888, condenaram o escravismo como incompatível com a fé cristã. Atitudes contraditórias que demonstram as dificuldades que tinham para tratar do assunto, (DA SILVA, 2003, p.12).

Sabedoras de inúmeras histórias que são invisibilizadas, não podemos deixar de mencionar a história extra oficial do ministério de Agostinho José Pereira, um negro, alfaiate, letrado, alforriado, também chamado de “Divino mestre” que, supostamente, por revelação divina em sonho em 1841, no auge do regime escravista, tornou-se protestante e passou a anunciar um evangelho que, a partir de textos bíblicos, propagava a liberdade para o povo negro. O Movimento Negro Evangélico considera que o trabalho de Agostinho José Pereira foi o que deu origem à primeira Igreja Protestante Brasileira, na cidade de Recife/PE, mas certamente, não foi uma igreja nos moldes da igreja protestante hegemônica, mas sim uma Igreja Negra.

Nenhuma das denominações protestantes pregava um Jesus Cristo negro ou pardo como Agostinho e seus seguidores. De fato, o mesmo tornou-se um pastor negro que seguindo o princípio da livre interpretação das escrituras enfatizava passagens que falavam da libertação do cativo fazendo da bíblia um instrumento de resistência contra a ordem escravocrata. Era algo completamente diferente da atuação dos grupos protestantes do período (GALVÃO, s.d., p. 236).

Com a assinatura da Lei Áurea e o suposto fim da escravidão, os discursos religiosos precisaram ser reestruturados a fim de se alinharem aos objetivos traçados pelo poder religioso e pela classe dominante. Visto que, agora, a população negra perdia oficial e legalmente - pelo menos “no papel” - o status de peça, coisa, mercadoria, elevando-se à condição de sub-humano, pois a sua humanidade estava associada a um conjunto de características essencialistas, primitivas e patologizantes que lhe negava a subjetividade e a aprisionava em uma dualidade composta por uma série de adjetivos aviltantes e depreciativos, além da desqualificação intelectual e moral. Em contraposição, imputavam à população negra uma hiper força física, sexual e reprodutiva, sempre que lhes era conveniente (AMPARO, 2016; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2016).

Essa leitura quanto às pessoas negras correspondia à interpretação corrente da sociedade brasileira no pós-abolição. Com isto, a sub-humanidade

atribuída à população negra a aprisionava, e ainda nos aprisiona, na área do “não ser” - como registrou Frantz Fanon (2008) ou Grada Kilomba (2019) com a noção de “outridade”; o que, conseqüentemente, impõe uma subcidadania, como salientado por bell hooks (2019) e Kabengele Munanga (2000). Tal condição já era evidenciada em 1824, no período do Brasil Império, através do artigo 6º da 1ª Constituição Federal ao não assegurar igualdade de direitos a negras e negros alforriados na mesma medida em que era assegurada às pessoas brancas.

Rememorando a história do Brasil, podemos constatar que parte expressiva dos atos políticos, econômicos e sociais, tanto no período imperial quanto na república, demonstram que, naqueles momentos, e ainda nos dias atuais, está em curso um projeto de nação antinegro. As “verdades” construídas, as narrativas hegemônicas, a pseudociência e os discursos proclamados, inclusive os religiosos, sobretudo os de tradição judaico-cristã, sempre estiveram alinhados aos interesses do Estado e da classe dominante, relegando os corpos pretos à subcidadania. A teoria da democracia racial apregoada “aos quatro ventos” é falaciosa desde o seu nascedouro. O sofisma posto era de que o Brasil estava na contramão do mundo, sobretudo ao que ocorria nos Estados Unidos da América (EUA) e na África do Sul (que vivenciavam o Apartheid, a segregação racial) - enquanto aqui vivíamos em um “paraíso racial”, evidenciado no grande quantitativo de população negra que supostamente vivia em paz e harmonia com os brancos, inclusive com elevado grau de miscigenação. De acordo com Silva, Casa Nova e Carter (2019), esse mito da democracia racial, hoje uma mazela que influencia substancialmente para o preconceito e a exclusão, segue prestando desserviço à população brasileira.

Frente à propagação do mito da democracia racial, surge o contradiscurso realizado por alguns intelectuais e ativistas negros, tais como Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, que à época já denunciavam as sutilezas sob as quais o preconceito racial se manifesta no Brasil, inclusive por intermédio das leis e do “habitus” (BOURDIEU, 1989), que naturalizam a “essência

primitiva”, a inferioridade, a incapacidade e a subordinação da população negra. Acreditamos que, além de outras violências simbólicas, o baixo ou quase inexistente acesso à educação formal foi e é um dos fatores que coaduna para que grande parte dessa população, apesar de prejudicada, tivesse aceitado à época, e continue aceitando ainda hoje como “verdade” as narrativas científicas e religiosas que validaram a “igualdade” de tratamento entre a população branca ou socialmente branca⁷ e a negra. Neste sentido, mais uma vez, recorre-se a textos bíblicos para ratificar e popularizar tais narrativas, afinal, está escrito no livro de atos dos apóstolos, capítulo 10, versículo 28, que “Deus não faz acepção de pessoas”.

MULHER NEGRA, FEMINISMOS E AS IGREJAS EVANGÉLICAS

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a maioria da população brasileira se autodeclara religiosa, mais especificamente 92%. Deste quantitativo, e para reafirmar que o Brasil permanece com o status de maior nação católica do mundo, aproximadamente, 65% se autodeclara católica e 22% evangélica. Contudo, ao contrário do que ocorre com o segmento católico, que desde a década de 90 sofre um decréscimo, o evangélico é o que mais cresce entre os segmentos religiosos no Brasil.

Baseada nesse panorama de redução do percentual da população autodeclarada católica e do crescimento da evangélica, a pesquisa realizada pelo Datafolha (2020) demonstrou alterações significativas em relação ao censo de 2010, pois seus resultados apontaram que 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos, 10% não têm religião. Ou seja, enquanto houve uma redução de 15% da população católica, registrou-se um crescimento de 9% entre os

⁷ De acordo com Azevedo (1955), as pessoas “socialmente brancas” são aquelas resultantes da mestiçagem, cujo fenótipo se distancia do africano - sujeito indesejado, “não ser” Fanon (2008), e muito se aproxima do eurocêntrico - ser humano universal - detentor de prestígio.

evangélicos. A pesquisa ainda nos nutre com as informações sobre raça e gênero, pois entre as pessoas autodeclaradas evangélicas, 59% são negras e 58% são mulheres. Já entre as católicas, 55% são negras e 51% são mulheres. Portanto, ao analisarmos esses dados, inferimos que as mulheres negras são mais religiosas do que as mulheres brancas e os homens brancos e negros. Cabe destacar ainda um fato curioso: a pesquisa registra que apenas 2% da população se diz vinculada à umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras - o que nos leva a questionar os fatores envolvidos nessa baixa notificação. Ainda assim, de acordo com Mariano (2013), houve um crescimento no número de pessoas que se autodeclaram adeptas às religiões de inspiração africana e, mais ainda, um crescimento expressivo de evangélicas e evangélicos não determinados⁸.

Buscando compreender por que as igrejas evangélicas são predominantemente negras, femininas e periféricas, colocamos em pauta, como um dos fatores para tal, a posicionalidade das mulheres negras à margem da sociedade que as coloca em situação de extrema vulnerabilidade. Supomos que, diante de tantas desigualdades, de um Estado ausente e ínfimas oportunidades de melhoria nas suas condições de vida, as mulheres negras, como boa parte da população em situação de vulnerabilidade, buscam na fé cristã o amparo religioso e algum sentimento de pertença, inclusão, normatização que mantém a esperança e a força para continuar sobrevivendo e crendo que dias melhores virão, visto que todas as estruturas da sociedade brasileira estão organizadas de forma a lhes “dizer” que são indesejáveis, fora da norma. E, portanto, agem como se a vida se desse em oposição. Para Nogueira (2020, p. 43), historicamente “e m uma sociedade em que todos nascem brancos, heteronormativos e cristãos - porque quem não for cristão é

⁸ A categoria evangélica não determinada é composta por pessoas que professam a fé em Jesus Cristo, nos moldes do protestantismo, mas que em determinado momento e por motivos diversos desfilaram-se de suas congregações; ou por pessoas oriundas de família evangélica que se identificam como evangélicas e guardam parte das crenças e práticas religiosas, mas decidem não se filiarem a nenhuma organização religiosa protestante (MARIANO, 2013).

pejorativamente pagão -, são quase naturais a negação e o apagamento da crença seguida quando esta não é motivo de orgulho”.

Teóricas e teóricos como Almeida (2019), Amparo (2016), Carneiro (2011), Gonzalez (2020), Nascimento (2016), Mbembe (2018) e Nogueira (2020) denunciam o projeto antinegro da nação brasileira, que tem como fundamentos: o genocídio da população negra; a discriminação das religiões afrodiaspóricas; a padronização da beleza a partir do eurocentrismo; a objetificação dos corpos negros femininos; o racismo gendrado, estrutural, institucional; a necropolítica e o capitalismo que aprisiona as mulheres negras na base da pirâmide socioeconômica, permanentemente no cume das vulnerabilidades com o trabalho informal, doméstico e precário, que resulta em baixa renda. Somado a isso, temos o baixo acesso à educação formal, saúde e moradia de qualidade nas periferias, local onde há uma grande concentração de igrejas evangélicas, sobretudo as neopentecostais (MARIANO, 2013; ORO, 2020). Muitas dessas localidades são extremamente insalubres, sem tratamento sanitário (sem água encanada, nem rede de esgoto) e com pouquíssimo acesso ou totalmente excluídas da prática de esporte/lazer e arte/cultura, bem como do acesso à internet de qualidade. Portanto, acreditamos que, ao tornarem-se membras das igrejas evangélicas, as mulheres negras passam a integrar uma comunidade de fé, na qual encontram, além de um espaço para o exercício da sua espiritualidade, alguma forma também de apoio emocional, social e ainda um espaço de lazer, visto que é comum as igrejas evangélicas possuírem grupos (de canto, coral, jovens, idosas, teatro, dentre outros), bem como promoverem encontros, passeios e retiros (atividades fora do templo que, em certa medida, proporcionam descontração e prazer).

Conforme evidenciado anteriormente, o cristianismo e, conseqüentemente, as igrejas evangélicas, tendem a assumir padrões eurocêntricos, tanto no que se refere aos seus templos físicos, ritmos musicais, literaturas e personalidades tidas como referência, quanto no que se refere à estética - o padrão de beleza, sobretudo das mulheres. Desta forma, apesar da predominância de meninas e mulheres negras nas igrejas evangélicas,

é incomum encontrá-las usando roupas, penteados ou quaisquer adereços que remetam a sua ancestralidade negra. Desarte, é oportuno mencionar a contradição existente entre o senso comum predominante nas igrejas evangélicas, que por um lado é de desencorajamento da construção de uma identidade negra, bem como da demonização dos símbolos, ritos e deidades africanas ou de inspiração africana, mas por outro lado parte dessas organizações, sobretudo as pentecostais e neopentecostais, reinterpretem práticas africanas quer seja por reminiscência ancestral ou por historicamente reproduzir os passos de resistência iniciados pelos africanos durante o período escravista, conforme afirma Bastide: “o escravo reinterpretou o protestantismo ou a Bíblia através de sua própria mentalidade, seus sentimentos e suas necessidades afetivas criou um cristianismo mais negro do que africano (BASTIDE, 1974, p. 142).

Na obra *Negritude e fé: o resgate da autoestima*, o teólogo, professor e pastor Edilson da Silva (1998, p.29) diz: “A ideologia racista também é responsável pela eliminação de todos os referenciais positivos que o povo negro poderia ter de si mesmo.”

Segundo o Doutor e professor de teologia Peter Theodore Nash:

Cada intérprete de textos antigos faz muitas escolhas não-reconhecidas quando se aproxima do texto pela primeira vez. Algumas destas escolhas são tão automáticas que dificilmente parecem realmente escolhas. Da mesma forma que no assim chamado Ocidente Cristão “raça” tornou-se uma escolha inconsciente em nossa organização do mundo, nós temos pressuposições sobre o que os textos bíblicos são (NASH, 2003, p. 34).

O reflexo dessa ocultação de raça e da negação da mulher, que é narrada como um corpo tentador, pecador, que necessita ser tutelado para não incorrer em erro, e por isso deve permanecer calada ou à “sombra do marido”, produz um impacto profundo, às vezes irreversível, na autoestima das meninas e mulheres evangélicas, especialmente das negras, que carregam sobre si o peso de ambas desconformidades - ser mulher e negra.

A auto-estima está ligada à imagem que temos de nós mesmos e ao peso que damos a nossos defeitos e qualidades, de forma a influir no

fato de “gostarmos ou não de nós mesmos.” A auto-estima é o alicerce da assertividade (equilíbrio entre agressividade e passividade), que cria situações de benefícios para todos os envolvidos. Auto-estima é o amor a si mesmo e aos outros e envolve auto-respeito, aceitação e confiança (SILVA, 1998, p.31).

A escritora, psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, autora do livro *Tornar-se Negro*, nos fornece informações essenciais e supranecessárias a respeito da construção da identidade negra frente à negação da sua origem, de seu corpo e de sua cultura. A autora afirma que construir uma identidade negra é uma tarefa eminentemente política, pois, a priori, exige do sujeito contestar, romper e desconstruir o modelo de ser e viver embranquecido que lhe foi apresentado como única possibilidade de humanidade e cidadania (SOUZA, 2021). As afirmações expostas pela referida teórica, em certo sentido, coadunam com a escritora, filósofa e feminista Simone de Beauvoir, que sintetizou seu pensamento na frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019, p.11), demarcando o que muitas mulheres brancas, classistas, do norte global, consideram, metaforicamente, a “segunda onda” do feminismo, momento em que o conceito de gênero é posto em “cheque”, embora, aprisionada na perspectiva brancocêntrica, invisibilizando a luta das mulheres que estavam fora do eixo EUA/Europa, ignorando a existência e as especificidades imbricadas na intersecção da raça no gênero.

A linha de explanação da teóloga e pastora Dra. Cleusa Caldeira, em suas pesquisas sobre teologia negra decolonial, hermenêutica negra feminista, nos conduz a analisar as mais simples citações bíblicas com um olhar mais crítico, a exemplo do capítulo 1 versículo 5 do livro de cântico, que diz: “Eu sou morena, porém formosa, ó filhas de Jerusalém, como as tendas de Qedar, como as cortinas de Salomão.” Através desta citação, a autora evidencia a influência da hermenêutica eurocêntrica nas traduções, pois ao utilizar a conjunção “porém”, que faz oposição ou restrição ao que foi dito na oração anterior, coloca a beleza negra como algo inviável ou difícil de existir, e dissemina uma ideologia racista na leitura do texto bíblico (CALDEIRA, 2013).

Paradoxalmente, mesmo diante das narrativas bíblicas fundamentadas na cultura sociopolítica das sociedades testamentárias e neotestamentárias, atualmente, grupos de mulheres evangélicas, em especial as negras, vêm se posicionando dentro de suas congregações, afirmando para as lideranças, geralmente exercida por homens brancos, sobre a importância delas usufruírem da mesma liberdade que os homens, inclusive para exercerem seus ministérios - visto que em muitas congregações as mulheres estão limitadas a atuarem como "obreiras", diaconisas, professoras da escola bíblica dominical, cuidadoras do departamento infantil, da cantina ou responsáveis pela decoração e ornamentação dos templos. De igual modo, grande parte das denominações evangélicas cerceiam as mulheres de atuarem como instrumentistas de determinados instrumentos musicais, liderarem grupos, ministrarem cultos, presidirem concílios, confederações, conselhos, convenções e federações, bem como presidirem organizações religiosas. Além disso, é comum mulheres ordenadas ao ministério pastoral ou enviadas em missões serem proibidas de executar algumas atividades, a exemplo, o batismo de novos membros, pois tal ação só deve ser exercida por homens. Diante disso, as mulheres evangélicas almejam conquistar o direito de exercer plenamente seus ministérios em qualquer área da "obra de Deus", superando restrições convencionadas por homens baseados em um senso comum explicitamente sexista.

Por sua vez, para ratificar essa política de exclusão das mulheres, as lideranças dessas organizações religiosas se utilizam de diferentes estratégias para reafirmar a suposta superioridade masculina, principalmente ao interpretarem textos bíblicos sem a devida contextualização histórica. Por isso, as mulheres evangélicas apontam para a necessidade das igrejas realizarem uma leitura bíblica a partir de uma ótica contemporânea, que alcance as vivências cotidianas de todas as mulheres e não dessa suposta "mulher universal". Por exemplo, nenhuma mulher evangélica da nossa sociedade contemporânea será privada de realizar quaisquer atividades (ministerial ou secular) por estar no ciclo menstrual - ao contrário do que prevalecia nas sociedades testamentárias ou neotestamentárias, que apartavam as mulheres

durante esse período, pois associavam a menstruação à impureza. Infelizmente, ainda é frequente a ocorrência de interpretações fundamentalistas de textos bíblicos, evidenciando a necessidade da realização de uma reflexão que ultrapasse o primeiro passo dado pela crítica histórica e realize uma “remodelação radical das premissas e práticas da interpretação bíblica” (JOBILING et al. 2000, p.14).

Frente à ausência de equidade dentro das organizações religiosas evangélicas, essas mulheres em suas múltiplas identidades - mães, esposas, estudantes, profissionais das mais diversas áreas ou “donas de casa” - buscam sensibilizar a liderança de suas congregações em relação às formas como suas vidas e também suas famílias são afetadas pelas matrizes de opressão de raça e gênero que prevalecem impregnadas no tecido social brasileiro e que, conseqüentemente, ainda são reproduzidas no interior das organizações religiosas evangélicas como se fossem algo natural.

Na contramão da movimentação dessas mulheres, a ala fundamentalista das lideranças evangélicas, com o intuito de frear tais questionamentos e sem que haja algum tipo de “confronto de ideias”, utiliza as estruturas das congregações para - através de grupos de estudos, encontros, congressos, seminários, retiros de mulheres e outras atividades - impor, no exercício do seu poder simbólico e disciplinar (BOURDIEU, 1989), suas interpretações conservadoras e fundamentalistas, que ao nosso ver têm por pano de fundo o patriarcado sexista e racista que naturaliza violências, como se essas fossem fruto da “vontade e permissão de Deus”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de construir algumas aproximações analíticas para compreender as interrelações entre religiosidade e conservadorismo na vida de mulheres evangélicas mostrou-se bastante promissor quando partimos de referências do feminismo negro e, simultaneamente, nos valem de lentes intersetoriais. Essa análise trouxe à luz a possibilidade de resgatar elementos

estruturantes da história do protestantismo no Brasil e sua imbricação com as matrizes de opressão de raça e gênero, e como estas estiveram embasando os discursos das igrejas protestantes à época - e do quanto continuam embasando esses discursos ainda hoje. Compromissos com o passado ainda alimentam as estruturas de poder de grande parte das igrejas evangélicas contemporâneas que, presas a um conservadorismo retrógrado, intencionalmente desconsideram as demandas do presente e se agarram ao contexto histórico, social e político das narrativas bíblicas escritas nas sociedades testamentárias e neotestamentárias, impondo, assim, às mulheres evangélicas do presente e, sobretudo às negras, a reprodução de um cotidiano de múltiplas violências.

Certamente que outros fatores se somam para a perpetuação dessas desigualdades nas comunidades religiosas, mas a constatação das origens escravocratas do protestantismo no Brasil merece ser colocada em evidência como importante chave explicativa para entender tanto o passado quanto o presente. As raízes das primeiras comunidades evangélicas no país vão se firmar precisamente através da vinda de missionários decepcionados com a derrota na guerra da secessão e que deixam o sul dos EUA em busca de uma nova Canaã - a “terra prometida”, na qual pudessem manter os privilégios oriundos do sistema escravista. Essa constatação foi um fator elucidador importante para a compreensão de muitas posturas que permanecem sendo reproduzidas dentro das igrejas evangélicas, visto que, de igual modo, o protestantismo seguiu trilhando o caminho racista e patriarcal do cristianismo hegemônico representado pela Igreja Católica Apostólica Romana.

A reprodução dessas práticas persiste até os dias de hoje nos segmentos complexos e diversos que se enquadram na categoria evangélica, que se notabilizam pela propagação de um discurso sobre um “ser mulher” baseado no universalismo e essencialismo, o que vem limitando as possibilidades de existência e atuação das mulheres no interior das congregações. No caso das mulheres negras evangélicas, esse modelo androcêntrico é atravessado pelo racismo que, entre outros constrangimentos,

impõe um padrão eurocêntrico de beleza, que abrange tanto a maneira de se vestir e pentear, quanto a sua percepção sobre a sua condição de mulher negra na sociedade brasileira - especialmente porque os discursos hegemônicos sobre as questões de raça e gênero propagados dentro dessas congregações são internalizados como “naturais”. Por outro lado, se essas opressões de gênero e raça atingem um grande quantitativo de mulheres no interior das comunidades evangélicas - impondo limitados modelos de ser e viver, e dificultando contestações pela manipulação da fé e pela interpretação descontextualizada das escrituras -, em contrapartida, tem se ampliado o número de mulheres evangélicas que estão se posicionando em prol de uma prática de fé mais condizente com sua realidade.

Por fim, diante de tais evidências e da necessidade crescente de superação de padrões de religiosidade conservadores e descontextualizados da pluralidade de gênero e raça no Brasil, faz-se necessário popularizar, no interior das comunidades evangélicas, um projeto de emancipação para homens e mulheres baseado na leitura popular da Bíblia, a partir de uma visão mais plural e coerente com as transformações sociais em diálogo constante com nosso contexto histórico, cultural, social, político e econômico, de maneira que possibilite às classes dominadas transformarem seu sofrimento e não se submeterem a ele, pois reconciliação e libertação estão intimamente ligadas (CONE, 2020). Tal prática possibilitará não apenas a criação de condições diferenciadas para novas interpretações dos textos bíblicos, mas a possibilidade de que as mulheres evangélicas e, em especial, as mulheres negras possam posicionar-se a partir da valorização de suas experiências e construir, para além de uma voz ativa, um protagonismo que permita dismantlar o fundamentalismo religioso - que sempre foi e que permanece sendo apenas mais uma ferramenta de alienação, manipulação e dominação daquelas e daqueles que se recusam experienciar “um vinho”⁹ novo.

⁹ Expressão utilizada em alusão a narrativa Bíblica expressa no livro de Lucas capítulo 5, versículo 37, “E ninguém põe vinho novo em vasilhas de couro velhas. Porque o vinho novo

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMPARO, Jaime Alves. Inimigo Público- a imaginação branca, o terror racial e a construção da masculinidade negra em “Cidade de Deus”. In: PINHO, O.; VARGAS, J. *Antinegritude: O Impossível Sujeito Social na Formação Social Brasileira*. Cruz das Almas; Belo Horizonte: UFRB/Fino Traço Editores, p. 59 a 79. ver o ano

BARROS, José D’Assunção. *A construção social da cor: diferenças e desigualdades na formação da sociedade brasileira*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras*. São Paulo: Difel, 1974, p. 141-157.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Vol. 6. Lisboa: Difel, 1989.

CALDEIRA, Cleusa. Hermenêutica Negra Feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6. *Estudos Feministas*, v. 21, n3, p. 1189-1210, Florianópolis, set.-dez., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/v9Zjmt8XzN8DmFSyZCcNsKg/abstract/?lang=pt>

Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Datafolha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 11 out. 2022

estouraria as vasilhas, se derramaria, e as vasilhas ficariam estragadas. Ao contrário, vinho novo se põe em vasilhas novas”.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito).

CASHMORE, Elis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo negro, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; Bilge Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONE, James H. *Teologia negra*. São Paulo: Recriar, 2020.

CONE, James H. *Deus dos oprimidos*. 2ª edição. São Paulo: Recriar, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Tradução Liane Schneider. Revisão Luiza Bairros, Cláudia Lima Costa. N. 10. *Estudos Feministas*, v.7, n.12, p. 171-188, 2002.

DA SILVA, Elizete. Visões protestantes Sobre a Escravidão. *Revista de Estudos da Religião*, n.1, p. 1-26, 2003.

DA SILVA, Elizete. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 7, n. 21, p. 161-190, 2015.

DA SILVA, Elizete. *Cidadãos de outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. Salvador: Sagga, 2017.

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos, e 10% não tem religião, diz Datafolha. Portal g1-Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 24.01.2023

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução R. Silveira. Salvador, BA: EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952), 2008.

FEDERAL, Senado. *Constituição. Brasília (DF)*, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALVÃO, Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros. *Agostinho Pereira, o divino mestre: um estudo de caso na perspectiva micro histórica*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/229139487-Agostinho-pereira-o-divino-mestre-um-estudo-de-caso-na-perspectiva-micro-historica.html> Acesso em: 20 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* / organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1. Ed; Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvi Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 20 set. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informação Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. In: *Revista Informativa Desigualdades no Brasil*. n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 16 set. 2022.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: Ipea, 2013.

JOÃO, Emiliano Jamba Antônio; BUENO, Rogério Donizetti. *Teologia & Negritude: Os deslocamentos da Teologia a partir das experiências negras*. São Paulo: Recriar, 2019.

JOBLING, David. et al. *A Bíblia pós-moderna: Bíblia e cultura coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Cobogô 2019.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*. Porto Alegre, RS. v. 14, n. 24, jul.-dez., p. 119-137, 2013. 2013.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. 1ª ed. Lisboa: Antígona 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. 2.ed. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EDUFF, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASH. Peter Theodoro. *Relendo raça, bíblia e religião*. Tradução Marie Ann Krahn; André S. Musskopf. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), 2005.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1995.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

OLIVEIRA, Paulo de Souza. *Os negros da bíblia e os do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Sete, 2001.

ORO, Ari Pedro. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. *Debates do NER*. Porto Alegre, RS. v. 20, n. 37, jan.-jul., p. 69-92, 2020.

PASTORAL, Bíblia. São Paulo: Paulus. 2020.

REINA, Morgane Laure. Pentecostalismo e a questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. *Plural*, v.24, n.2, p. 253-275, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/143005> Acesso em: 10, mai. 2023.

SANTOS, Odja Barros Santos. - MUSSKOPF, A. S., André Sidnei Musskopf. *Interpretação Bíblica: raízes patriarcais e leituras feministas* Interações. *Cultura e Comunidade*, v. 13, n. 24, 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313058154018>

SHELLEY, Bruce L. *História do cristianismo: uma obra complexa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI*. Tradução Giuliana Niedhardt. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SILVA, Edilson Marques da. *Negritude & Fé: o resgate da auto-estima*. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, 1998.

SILVA, S. M. C.; CASA NOVA, S. P. C.; CARTER, D. B. Brazil, Racial Democracy? The Plight of Afro-descendent Women in Political Spaces. In. *Accounting in Conflict: Globalization, Gender, Race and Class*. 2016. ISBN: 978-1-78560-976-3, eISBN: 978-1-78560-975-6. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S1041-706020160000019003/full/html>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STANTON, Elizabeth Cady. *A Bíblia para as mulheres*. Tradução de Ruth Barros; organização de Bianca Daébs Seixas Almeida. São Leopoldo, RS: CEBI; Livraria Anglicana, 2019.

SUÁREZ, Tereza Meano. Sexismo na linguagem: algumas notas. *Amazonas e Icamíabas, um blog sobre feminismo*. 13, fev. 2011. Disponível em: <https://arttemiarktos.wordpress.com/2011/02/13/sexismo-na-linguagem-algumas-notas-2/> Acesso em: 12 mai. 2023.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

VERISSIMO, Danilo Saretta. A percepção social à luz de uma concepção praxiológica da intencionalidade. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, v. 25, n. 3, p. 302-312, 2019.

VIEIRA, David Gueiros. O liberalismo, a maçonaria e o protestantismo no Brasil no século dezenove. *Estudos Teológicos*, v. 27, n. 3, p. 195-217, 1987.

